

ACTA Nº 24
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2001

De acordo com a lei 169/99 de 18 de Setembro, artigo 92, parágrafo 1 ("De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."), aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e um, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM : Antes da Ordem do Dia

PONTO UM PONTO UM: Aprovação das actas números vinte e um, vinte e dois e vinte e três

PONTO UM PONTO DOIS: Leitura de expediente

PONTO UM PONTO TRÊS: Outros assuntos gerais de interesse para o Município

PONTO DOIS: Ordem do Dia

PONTO DOIS PONTO UM: Conta de Gerência e Relatório de Actividades

PONTO DOIS PONTO DOIS: Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas

PONTO DOIS PONTO TRÊS: Actividades da Câmara

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura da sessão e a secretária realizou a chamada, verificando-se a presença dos deputados Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Joaquim Manuel Cardoso, Maria João Barroso Lopes, Carlos Manuel de Almeida Cabral, António Joaquim Moura Lopes, António Luís Canhoto Andrade, Joaquim Manuel da Silva Avó, Ivone da Conceição B. Espiguinha, Norberto João Figueiras Alpalhão, Maria Laura Crespo Alpalhão, António José Moura Proença, Paulo Nuno Mendanha Coxixo, Joaquim António Lopes Rézio, Celestino António Zorro, Artur João Rebola Pombeiro, Vicente Manuel Ameixa Ermitão, António José Barroso Paixão.

Registaram-se as ausências dos deputados, Joaquim Miguel Bilro Manguinhas e Diogo Manuel Canhão Sapatinha.

O senhor Presidente da Assembleia, antes de dar início ao Período antes da Ordem do Dia, comunicou à Assembleia o pedido de substituição (anexo 1), de acordo com o artigo setenta e nove do Decreto Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, do deputado senhor Joaquim Manguinhas pelo senhor Eduardo Lopes, o qual tomou posse de imediato. O senhor Presidente da Assembleia, pediu que se acrescentasse o ponto dois ponto quatro na Ordem de Trabalhos:

Eleição de um Presidente de Junta para participar na Sessão Solene comemorativa dos vinte e cinco anos do Poder Local Democrático a realizar no dia vinte de Maio em Coimbra. Como ninguém se opôs, deu-se início à discussão do ponto um: Período antes da Ordem do Dia - Um ponto Um - Aprovação da acta número vinte e um

O senhor **Presidente da Assembleia**, explicou que a aprovação desta acta, corresponde apenas à alteração levantada na Assembleia passada pelo senhor Luís Alexandre, relativamente a uma intervenção do deputado senhor Joaquim Rézio. Como ninguém se pronunciou, a alteração à acta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e duas abstenções.

Aprovação da acta vinte e dois

Foi então colocada à votação a acta vinte e dois, tendo sido aprovada com dezasseis votos a favor e duas abstenções.

Aprovação da acta vinte e três

Relativamente à acta vinte e três, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que a pessoa que transcreve as actas não teve tempo de a terminar, pelo que sugeriu a sua aprovação para a sessão seguinte.

PONTO UM PONTO DOIS- Leitura de expediente

A secretária senhora **Ivone Espiguinha**, procedeu à leitura da correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, conforme relação anexa no final desta acta. (anexo 2) .

O deputado senhor Joaquim Cardoso, pediu a palavra para perguntar em primeiro lugar se a informação que é mandada às Assembleias de Freguesia, considera as faltas justificadas. Em segundo lugar, disse que se o deputado senhor Artur Pombeiro, já teve uma falta por abandonar a sessão, acha que deverá ser adoptado o mesmo critério em relação ao deputado senhor Carlos Cabral.

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que a comunicação feita às Assembleias de Freguesia tem a ver com as faltas justificadas. Relativamente à situação do deputado senhor Carlos Cabral, disse que este terá falta e não irá receber senha de presença, no entanto terá direito a receber as deslocações. Adiantou que tem a intenção de pedir parecer sobre esta decisão ao Gabinete Jurídico da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A pedido do deputado senhor **Carlos Cabral**, a carta que enviou foi lida aos membros da Assembleia, constando na relação de ofícios recebidos pela Assembleia Municipal anexa na parte final desta acta. (anexo 3)

PONTO UM PONTO TRÊS - Outros assuntos gerais de interesse para o Município

O deputado senhor **Proença**, interveio dizendo que de acordo com o número oito do artigo cinquenta e três, a mesa da Assembleia tem direito a um núcleo de apoio por funcionários do Município, designados ou destacados pelo senhor Presidente da Câmara, e orientados depois pelo senhor Presidente da Assembleia. Disse que a culpa da acta vinte e três não estar presente nesta Assembleia para aprovação, não é da funcionária nem tão pouco da mesa da Assembleia, uma vez que tem feito todas as diligências que lhe são possíveis, inclusivamente tem-se dirigido com frequência junto do senhor Presidente da Câmara, para que ele tome as devidas providências, e obtém como resposta que a funcionária só está a tratar das actas, por sua vez a funcionária responde-lhe que para além das actas tem outras coisas para fazer. Terminou a sua intervenção, dizendo que não está a pedir nada a que não tenha direito, e no caso de não haver ninguém disponível para as fazer, o senhor Presidente da Câmara, tem por obrigação, nomear alguém, lendo o número oito do artigo cinquenta e três da lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove: "Quando necessário para o eficiente exercício da sua competência, a Assembleia Municipal, dispõe sobre orientação do respectivo Presidente, de um núcleo de apoio composto por funcionários do Município, a destacar pelo Presidente da Câmara Municipal, sem prejuízo dos poderes de gestão que a este cabem."

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Carlos Cabral**, que disse ser do interesse geral do Município, que os eleitos recebam os documentos do executivo Municipal com antecedência necessária para poder ser estudado, apresentando então o seu protesto por ter em cima da mesa, quando chega à Assembleia, o Relatório sobre a situação Financeira da Câmara e sobre a Actividade da Câmara Municipal. Acrescentou que o Relatório sobre a Situação Financeira, apresenta uma alteração em relação aos anteriores, mostrando o seu desagrado e desacordo pois enquanto os Relatórios anteriores apresentavam um quadro com três colunas, este apresenta apenas um, o que dificulta o cálculo das percentagens de execução por trimestre.

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que os documentos só chegaram ao gabinete da Assembleia ontem às dezasseis horas, dando inclusivamente indicações à funcionária para que colocasse a hora de chegada dos mesmos, motivo pelo qual só hoje foram distribuídos.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Rézio**, que reportando-se ao que dissera há quatro ou cinco sessões atrás, sobre a hipótese de existir uma folha disponível para os Borbenses sem discriminação, poderem dizer alguma coisa no Boletim Municipal, foi-lhe dito que isso não seria possível, dado que não era hábito, tradição, não podendo ser alterado, e tendo que se manter tudo como estava até à data. O deputado senhor Joaquim Rézio, disse que não ficou surpreendido com a resposta, mas no dia que recebeu o Boletim Municipal, disse que de facto ficou perplexo quando leu o artigo que o senhor Presidente da Câmara escreveu, pois sendo o Boletim Municipal pago por todos os Borbenses, existe um limite, não se podendo escrever tudo o que se quer e bem lhe apetece, referindo-se ao segundo parágrafo, "No entanto, é importante relembrar que hoje há forças políticas que estão dispostas a fazer "tábua rasa"

destas conquistas e alterar as condições das eleições para os órgãos autárquicos." E também ao final do terceiro parágrafo quando o senhor Presidente da Câmara diz "Apoiamos e tudo faremos para manter uma Democracia Participada, ao contrário de outros, que a querem espartilhada", perguntando quem é que quer uma democracia espartilhada, quando o senhor Presidente da Câmara utiliza um Boletim pago por todos os Borbenses, para fazer propaganda política.

O deputado senhor **Moura Lopes**, reportando-se ao que fora dito pelo deputado senhor Proença, disse que afinal ele não fez todas as diligências para que a feitura da acta fosse possível, caso contrário a mesma estaria ali presente, em segundo lugar disse não ser verdade o facto da Assembleia não ter tido apoio, perguntando "então quem é que fez as outras actas?"

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Andrade** que leu uma Moção elaborada pelos eleitos da CDU, a qual se encontra anexa no final desta acta. (anexo 4)

Após a leitura da Moção, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao deputado senhor Proença, como direito de resposta relativamente à intervenção do deputado senhor Moura Lopes, dizendo que segundo a lei quem entende se é necessário ou não a colocação de funcionários no Gabinete da Assembleia, é a Mesa da Assembleia e sobretudo o Presidente da Mesa da Assembleia.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, não querendo entrar na polémica das actas, disse que de facto a lei confere esse direito, mas que merecendo reflexão também a deveria merecer à Mesa da Assembleia, porque tem havido muitas omissões, muitas distorções, o que muitas vezes não motiva quem faz o trabalho.

O senhor **Presidente da Assembleia**, no seguimento das anteriores intervenções, acrescentou que nunca houve nenhuma orientação, nem da sua parte nem da parte dos secretários, no sentido de pressionar fosse que funcionário fosse, a fazer a acta de determinada maneira, tanto mais que as actas já se apresentaram de diversas formas. Terminou a sua intervenção, pedindo aos restantes membros que não estragassem o trabalho que neste momento está a ser desenvolvido, uma vez que supõe ser reconhecido que estas actas têm defeitos como todas as outras, mas que também têm sido actas elaboradas com qualidade.

Foi distribuída a Moção por todos os membros presentes, tomando a palavra a deputada **Maria João Lopes**, que tendo uma dúvida acerca da Moção, quis saber por quem é que os trabalhadores da Câmara Municipal foram injustamente condenados, e se recorreram.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, disse que eles foram condenados e recorreram, a sentença não transitou a julgado e deste assunto caberá recurso para o Tribunal dos Direitos do Homem da Comissão Europeia. Terminou dizendo que, foram injustamente condenados porque houve recurso, e existiu um acordo com o Governo sobre essa legislação, tendo esse acordo sido atingido em mil novecentos e noventa e nove, porém a lei não foi regulamentada e os Sindicatos recorreram e vão recorrer para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem..

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, mais sob o ponto de vista pessoal que político, disse que os trabalhadores até terão alguma razão, mas que esta Moção quase seria escusada, dado que tomou conhecimento de um Comunicado a dizer que a Câmara Municipal de Borba estava solidária com esse encontro reivindicativo, estando apenas assinada por um Vereador, ou seja, a decisão já está tomada pelo executivo da Câmara que tem a maioria, mas não é o executivo completo.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, tomou a palavra para dizer que os eleitos da CDU, não necessitam pedir licença a ninguém para apresentar Moções, pois estão no seu pleno direito.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Carlos Cabral** que disse, que segundo o que percebeu houve um recurso que não transitou em julgado, não havendo ninguém condenado. Manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores das Autarquias Locais, e embora esteja de acordo com o último parágrafo da Moção, disse que iria votar contra a mesma.

O deputado senhor **Andrade**, explicou que os Autarcas para além da boa vontade que têm, e das dificuldades com que muitas vezes se deparam, tentaram dar aos trabalhadores o que eles tinham direito, ou seja, o que antecipadamente tinha sido acordado com o Governo, que por sua vez não foi cumprido, daí que tenham sido injustamente condenados pelo Tribunal de Contas. Terminou dizendo que os trabalhadores estão solidários com a Câmara Municipal de Évora, e vão recorrer e apoiá-los para que isso não aconteça.

O deputado senhor **Joaquim Rézio** pediu a palavra, dizendo que o senhor Andrade explicou um pouco melhor esta situação, no entanto pareceu-lhe que, se a lei precisa de regulamentação para ser aplicada, e se

antes da regulamentação se pratica o que a lei diz, incorre-se numa irregularidade. Terminou, dizendo que nos termos em que a Moção é apresentada, não se sente moralmente capaz de votar a favor da mesma, embora esteja solidário com as reivindicações dos trabalhadores, que é uma coisa completamente diferente.

Interveio o deputado senhor **Andrade**, dizendo que isso não implica que não sejam condenados injustamente pelas razões que se apontam.

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao deputado senhor Paixão, que mostrou estranheza no seguinte, se esses eleitos foram condenados injustamente por terem procedido conforme procederam, o Tribunal de Contas terá um dia mais tarde que condenar justamente aqueles que não procederam dessa maneira, mostrando admiração pelo facto de só esse executivo Camarário ter enveredado por essa situação.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, enunciou duas leis, a lei vinte e oito barra oitenta e quatro, de catorze de Agosto que foi revogada pela lei dezassete dois mil, e a lei nove barra oitenta e nove de dois de Maio, que ainda não foi revogada. Porém, nunca foram regulamentadas, e foram aprovadas pelo PSD. Acrescentou que ouviu o Professor Jorge Miranda, constitucionalista, dizer que uma lei uma vez aprovada, quando estabelece um prazo para a sua regulamentação e não for regulamentada, entra em vigor, dizendo que de facto esta é uma matéria controversa, não sendo por acaso que foi sob os eleitos de Évora que efectivamente veio a recair essa condenação. Terminou a sua intervenção, dizendo ter ficado perplexo quando na outra sessão da Assembleia, houve pessoas que puseram em causa o Tribunal de Contas por ter visado determinadas questões, e hoje estão com as élites do Tribunal de Contas, dizendo que são contradições que certamente os trabalhadores irão registar.

O deputado senhor **Joaquim Rézio** interveio, dizendo que a sua pergunta se resume ao seguinte: se em Borba foi feito da mesma forma que foi feito em Évora, acrescentando que lhe parece que não, o que significa que não há condenação como foi dito pelo senhor Andrade. Terminou a sua intervenção, reafirmando que talvez os trabalhadores até tenham razão, mas que isso é um assunto diferente.

O senhor **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra dizendo que o ponto um ponto três da Ordem de Trabalhos, fala de outros assuntos gerais de interesse para o Município e não vê qual a relação existente entre a Moção e este ponto. Como não houve mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia colocou a Moção à votação, obtendo nove votos a favor e nove votos contra. O senhor Presidente da Assembleia, como voto de qualidade, votou contra esta Moção, com o devido respeito que tem pelos trabalhadores, uma vez que não a entende e segundo a sua opinião, não está relacionada com o ponto da Ordem de Trabalhos.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, disse que iria apresentar uma declaração de voto, que se anexa no final desta acta.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Avó**, que leu outra Moção dos eleitos da CDU, que se anexa no final desta acta. (anexo 5)

O deputado senhor **Carlos Cabral**, disse que gostaria de saber dos autores daquela Moção, qual a definição/critério que está por detrás da palavra trabalhador.

O deputado senhor **Moura Lopes**, definiu trabalhador como sendo aquele que trabalha e vive do seu salário.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, disse que se se consultar os dicionários da Língua Portuguesa e se reduzir a palavra à sua definição linguística, trabalhador é um substantivo comum, acção de quem trabalha.

O deputado senhor **Moura Lopes**, acrescentou que existe uma questão que pode gerar alguma confusão, e que está relacionada com os pequenos empresários, e na sua óptica, os pequenos empresários, embora não tenham o mesmo estatuto do trabalhador, os seus interesses de classe são por vezes muito semelhantes aos interesses dos trabalhadores, e nessa perspectiva, a CDU também os considera trabalhadores.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, após ler o texto, disse que não havia nada por detrás do mesmo, a não ser uma visão da sociedade que uns têm e outros podem ter diferente. Acrescentou que a sociedade hoje em dia, não pode ser vista "no preto e branco", é muito mais complexa do que este texto.

O deputado senhor **Moura Lopes**, interveio colocando as seguintes questões ao senhor Carlos Cabral: A exploração capitalista já acabou? O desemprego já acabou? A sociedade capitalista resolveu os problemas da Humanidade?

O deputado senhor **Carlos Cabral**, tomou a palavra dizendo que talvez fosse melhor propor à Assembleia Municipal uma sessão somente para se discutir toda essa questão, no entanto acrescentou que na época histórica em que vivemos, o modo de produção capitalista triunfou. Terminou, dizendo que em nada o afecta votar a favor desta Moção, no entanto não é esta a visão que tem da sociedade actual, dado que a grande questão do Alentejo é a subida de uma classe média que se torna preponderante ideologicamente, e a perda de importância de ideologia da classe trabalhadora.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Cardoso**, que referiu o facto de ninguém estar a discutir a questão das classes, dizendo que o senhor deputado Carlos Cabral é que confundiu operário com trabalhador, não havendo nenhum preconceito relativamente a visões, caso contrário ter-se-ia expresso isso. Terminou, dizendo que os direitos humanos, são o património da Humanidade, e que a sua intenção foi simplesmente a de saudar os trabalhadores.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, como direito de resposta, disse que era desnecessário estar-se a discutir, pois quando ouve o deputado senhor Joaquim Cardoso, tem sempre a tentação de lhe dizer "que ele tem toda a razão do Mundo".

O deputado senhor **Moura Lopes** interveio, dizendo que o deputado senhor Carlos Cabral disse a verdade relativamente à vitória do capitalismo, porém não respondeu às suas questões.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, dirigindo-se ao senhor Moura Lopes, disse-lhe que não era nem defensor do capitalismo, nem liberal, nem neo-liberal e que na sua intervenção tinha dito somente que isto era uma visão com uma linguagem que do seu ponto de vista lhe parecia ultrapassada.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, mostrou-se a favor da aprovação da Moção, dizendo que se sentia feliz pelo que foi dito pela bancada da CDU, pois sendo defensor da liberdade e dos direitos humanos, e sendo a ideologia do Partido Comunista, uma ideologia onde os trabalhadores sempre foram escravizados, e onde não tinham nem liberdade de expressão, nem liberdade religiosa, disse ter sido uma satisfação saber que a CDU na sua ideologia inicial, transformou-se, sendo da opinião que essa transformação foi para melhor.

Como não houve mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia, colocou a Moção à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

ORDEM DO DIA

DOIS PONTO UM: Conta de Gerência e Relatório de Actividades - (anexo 7)/(anexo 8)

Após um curto intervalo, o senhor **Presidente da Assembleia** reiniciou a sessão, dizendo que o senhor Presidente da Câmara lhe entregara algumas considerações gerais sobre a Conta de Gerência de dois mil, as quais irá mandar distribuir.

O senhor Presidente da Câmara, pediu então ao técnico que preparou a Conta de Gerência, Doutor Oliveira, que fizesse a apresentação técnica do documento com o devido enquadramento legal, para que depois se passasse à discussão do mesmo. Acrescentou ainda, que o documento distribuído, tinha dados comparativos com os noventa e nove, para melhor compreensão da situação.

O **Doutor Oliveira**, começou por explicar os quadros principais, apontando alguns tópicos que considerou mais importantes. Disse então que o primeiro quadro, é o quadro base da Conta de Gerência, ou seja, o resumo de toda a conta. Na coluna da esquerda, estão registados os saldos da gerência anterior, seguidos das Receitas Orçamentais, as Entradas Correntes e de Capital e as Entradas de Operação de Tesouraria, representando tudo um total de um milhão, cento e setenta e sete mil contos. Do lado direito, aparecem as despesas correntes e de capital, as operações de tesouraria, o saldo para a Gerência seguinte, de onde resulta um saldo de doze mil contos para a Gerência seguinte, chamando a atenção para um saldo de execução orçamental negativo de cinquenta e um mil contos, e um positivo de operação de tesouraria, de sessenta e quatro mil contos. Explicou que a parte de baixo do quadro, representa o saldo em documento, a receita virtual debitada, e o saldo para a Gerência seguinte em documentos. Dando continuidade à sua explicação, disse que seguidamente aparecia o modelo cinco TC, que é a conta de execução orçamental onde apresenta a receita e a despesa por rubrica económica, apresentando o orçamento, os parciais e os valores totais de cada uma das rubricas. Acrescentou que este documento tem trinta e cinco páginas, e no final apresenta um resumo por orgânica, dividindo as despesas correntes de capital em relação ao orçamento. Quanto à conta Operações de Tesouraria, abrangida pelo modelo seis

TC, está dividida em quatro grandes grupos: o empréstimo a curto prazo, as cobranças para terceiros, as cauções e depósitos de garantia e uma pequena verba residual de Outras Operações de Tesouraria, sendo o saldo de sessenta e quatro mil contos. Disse ainda que o mapa seguinte, se referia aos empréstimos contraídos, onde se podiam ver os empréstimos, a finalidade, a entidade credora, o capital utilizado, contratado, taxas de juro iniciais e actuais, as dívidas a um de Janeiro, os encargos do ano com amortizações e juros, as amortizações acumuladas e o capital em dívida. Segue-se um quadro que apresenta todas as importâncias recebidas do Estado e dos outros entes públicos, que dá um total de seiscentos e oitenta e quatro mil contos. Fez referência ao mapa seguinte, como sendo o dos rendimentos financeiros, onde estão apenas apresentados os rendimentos referentes a juros de Depósitos à Ordem.

O **Doutor Oliveira**, explicou ainda que o modelo doze, é um resumo da relação dos documentos de despesa, seguindo-se a relação dos encargos assumidos e não pagos, que se encontra dividido por ordens de pagamento não pagas referentes a pessoal, e ordens de pagamento não pagas referentes a fornecedores, que não foram pagas ou por dificuldades de tesouraria, ou pelo não levantamento na tesouraria da Câmara. Referiu-se também à relação dos subsídios e transferências atribuídos pela Câmara, e às transferências de subsídios atribuídas a outras Entidades e particulares, realçando-se as Bolsas de Estudo. A seguir, explicou que aparecem uma série de quadros técnicos, que têm a ver com as reconciliações bancárias, ou seja, apresentam o saldo da certidão bancária, os cheques em trânsito e mostra-nos como se chega ao valor que aparece no resumo diário de tesouraria, aparecendo também todas as contas que a Câmara detém junto das entidades bancárias. Seguidamente, explicou que o modelo dezoito TC, é a relação dos contratos de empreitada, fornecimentos, concessões e outros. Encontra-se dividido por contratos de empreitadas, de leasing, de avença e contratos de fornecimento de bens e serviços, aparecendo dois quadros relativos a pagamentos com funcionários e uma relação dos responsáveis da Câmara onde constam os valores auferidos pelo executivo, no ano passado. Continuando a sua explicação, disse que o quadro seguinte era o resumo das certidões de receita que a Autarquia auferiu dos entes públicos, e que seguidamente apareciam os resumos diários de tesouraria do ultimo dia do ano, e dos quinze dias de cada mês complementares, em que se efectuam pagamentos, ao abrigo da conta de gerência dois mil até dia quinze de Janeiro. O quadro seguinte, refere-se às certidões bancárias comprovativas dos saldos da gerência, sendo considerado como um quadro resumo do que anteriormente fora explicado. Para além da acta da reunião do executivo onde foi aprovada a conta de Gerência de noventa e nove, aparece também um resumo das receitas e despesas, ou seja, o modelo cinco sintetizado, seguido de um mapa resumo segundo a classificação económica orgânica da Câmara, onde se pode ver por cada uma das orgânicas, quanto é que foi gasto em cada uma das rubricas económicas. Dando continuidade à sua explicação, referiu-se ao relatório de actividades e anexos, que serviram de base para fazer este relatório, sendo o primeiro a execução do Plano de Actividades de acordo com o que foi proposto no Orçamento no ano passado, apresentando a dotação inicial, a final, e a despesa efectuada, tudo com as respectivas percentagens sobre o total, o que no final nos dá um quadro resumo em função de objectivos funcionais, grandes objectivos, educação, cultura/desporto,...sendo este valor directo, contrariamente ao da classificação funcional. O anexo dois constante do Relatório, disse ser composto por um quadro de desvio entre Receitas e Despesas previstas e realizadas, onde as diferenças são em função da previsão inicial e não da final, aparecendo de seguida o quadro da evolução do endividamento e que está pelos mesmos grupos dos quadros anteriores. Finalizou a sua intervenção, dizendo que um dos últimos quadros estabelece a relação entre as receitas e as despesas correntes e de capital, apresentando RACIOS de cobertura de receitas/despesas correntes, receitas de capital/despesas de capital e pelo total receitas/despesas, finalizando com os termos de encerramento.

Após a apresentação técnica da Conta de Gerência, o senhor **Presidente da Câmara**, acrescentou que o ano do ponto de vista de receitas, foi um ano catastrófico, começando pelas receitas de capital, uma vez que as receitas correntes fazem face às despesas correntes. Relativamente às receitas de capital, acrescentou que a Autarquia em termos de receitas apoiadas pela Comunidade, previa receber quinhentos e setenta e cinco mil contos e só receberam noventa e nove mil contos, sendo uma diferença percentual muito grande. Ainda em relação às Receitas de capital, e em termos globais, previam uma receita de um milhão cento e quinze mil contos, e acabaram por receber quatrocentos e nove mil contos. Explicou então, que esta situação se deve entre outras coisas, ao facto de, em mil novecentos e noventa e oito terem sido devolvidos à Câmara projectos no valor de quinhentos e quarenta e um mil contos, que deveriam ter sido participados, e não foram considerados no segundo Quadro Comunitário de Apoio, contudo as obras

que se estavam a efectuar não pararam, como é o caso do Realojamento Municipal, da ETAR, das Zonas Industriais, entre outras, onde foi feito um grande investimento, porque a devolução dos projectos e a passagem para o terceiro Quadro Comunitário de Apoio custou entre oitenta a cem mil contos de financiamento, que não foi possível conter. Acrescentou, que certamente não será só esta Autarquia que se encontra nesta situação, e que encerraram com um saldo negativo que foi suportado com dinheiro de operações de tesouraria e empréstimos a curto prazo, informando que nos três primeiros meses, já receberam mais de cinquenta por cento das verbas totais que haviam recebido no ano passado, ou seja, já receberam mais de cinquenta mil contos de receita, proveniente desses projectos que estão em andamento. No entanto, acrescentou terem mais de duzentos mil contos de autos apresentados, em apreciação ou já aprovados, e cerca de sessenta mil contos já aprovados com apreciação técnica já concluída para ser recebida, lamentando que esta situação se apresente no ano dois mil, mas disse ser uma atitude política que assumem, com endividamentos para a Autarquia. Acrescentou que as dívidas totais da Câmara, são no valor de setecentos e dezoito mil contos, correspondendo a cinquenta por cento da capacidade de endividamento da Câmara.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à discussão, dando a palavra ao deputado senhor Joaquim Rézio que disse que gostava de ser esclarecido, para que possa entender de um modo geral a gestão da Câmara, tecendo algumas críticas construtivas, embora muitas vezes seja mal interpretado. Começou por se mostrar preocupado, relativamente aos números apresentados, começando por fazer referência à taxa de execução que em mil novecentos e noventa e nove foi cerca de sessenta e sete por cento, e em dois mil de quarenta e cinco por cento, verificando-se um grande retrocesso de um ano para o outro. Para além disso, referiu-se ao facto das despesas correntes superarem as receitas correntes, dizendo que para além de se ter que aumentar as receitas, dever-se-á ter em conta a forma de racionalização de uma gestão de forma a que se reduzam as despesas. Relativamente aos empréstimos contraídos, e segundo o quadro apresentado, representam um saldo de empréstimos contraídos a entidades bancárias, de mais de meio milhão de contos, preocupando-o a forma como tudo isso irá ser pago. Mostrou estranheza relativamente ao facto de em trinta e um de Dezembro de dois mil, haver encargos assumidos e não pagos, a fornecedores quase todos particulares, na ordem dos cento e setenta e dois mil contos, e a fornecedores de vinhos, na ordem dos milhares de contos, acrescentando não ser contra as promoções do Concelho, mas sim contra a forma como essas promoções são feitas, e o pouco cuidado que se tem na sua gestão. Terminou a sua intervenção, comparando o total final da dívida em trinta e um de Dezembro de dois mil, sendo de setecentos e dezoito mil contos, e a dívida em igual data no ano anterior, que foi de quinhentos e oitenta e dois mil contos, perguntando se com esta situação, seria possível dizer que a situação é boa, e se não há apreensões da gestão desta Câmara em relação ao concreto.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, iniciou a sua intervenção fazendo duas observações. A primeira, relacionada com o facto da bancada do PS, nunca se ter absterido na Conta de Gerência desde a tomada de posse desta Câmara em noventa e seis. A segunda observação, baseou-se no facto de, tanto no artigo do Boletim Municipal, como na apresentação feita pelo senhor Presidente da Câmara, notar-se um tom de justificação por antecipação, que disse ser necessário na medida em que a conta de Gerência de dois mil, apresenta alguns problemas complicados para o futuro. Acrescentou que mais complicado que o endividamento, é a tendência, mostrando um gráfico que elaborou baseado nos dados existentes, em que em noventa e seis a dívida é de cento e cinquenta e seis mil contos, em noventa e sete é de duzentos e oitenta e oito mil contos, em noventa e oito ascende aos quatrocentos e trinta e três mil contos, em noventa e nove ronda os seiscentos e oitenta e dois mil contos, e em dois mil a dívida é de setecentos e dezoito mil contos, dizendo que esta subida é de facto preocupante, e mais preocupante ainda, é saber até onde o risco do gráfico irá subir. Dando continuidade à sua intervenção, disse que ao compararem estes valores ao longo dos anos deste executivo, em noventa e nove, todos os indicadores descem à excepção das despesas correntes, havendo neste momento um défice de cinquenta e um a cinquenta e dois por cento, entre as receitas e despesas correntes, sendo este o resultado do défice da Conta de Gerência, que são cinquenta e quatro mil contos. Disse haver um problema estrutural na Câmara Municipal de Borba, e mais estrutural ficará quando se deixar de receber os Fundos Comunitários. Terminou a sua intervenção, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que o esclarecesse, relativamente ao património que existe na Câmara, e que eventualmente garanta a sua gestão.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso** iniciou a sua intervenção, dizendo que é provável haver preocupação por parte de todos, sobre o futuro não só de Borba como de Portugal. Disse que se deverá

criticar o financiador que é o Poder Central, e os seus Órgãos desconcentrados da Administração Regional. Acrescentou ainda, que a obra será sempre pouca quando se está na oposição, e muita quando se está no Poder, dependendo do modelo de sociedade e do que se quer, havendo visões diferentes da sociedade, num sentido mais lato, ou pequenas visões de interesses, num sentido mais restrito. Terminou a sua intervenção, dizendo que todas estas preocupações, não são mais nem menos que aquelas que pairam sobre o desenvolvimento do Concelho e da Região.

A deputada **Maria João Lopes**, interveio dizendo que uma das preocupações da bancada do PSD, tem sido desde sempre as despesas com pessoal, acrescentando que isso não quer dizer que a Câmara não tenha que ter empregados, pelo contrário, disse que achava correcto que a Autarquia ajudasse a população mais jovem a desenvolver-se. Pediu então ao senhor Presidente da Câmara, que a esclarecesse relativamente ao número de pessoas contratadas, se no final do contrato ficam ou saem da Autarquia, e que tipo de vínculo tem o pessoal permanente, mas fora do quadro com a Autarquia. Dando continuidade à sua intervenção, disse que para o Município de Borba se desenvolver, são precisas pessoas qualificadas, sendo preocupante o elevado número de pessoas que levam ao aumento das despesas, referindo-se à relação entre noventa e nove e dois mil, cujas despesas com pessoal aumentaram cerca de cinquenta e um mil contos, colocando a hipótese do Município fomentar a implementação de empresas sediadas neste Concelho, que gerassem riqueza e postos de trabalho.

O senhor **Presidente da Câmara**, disse perceber os receios que lhe são apresentados, esforçando-se para lutar de modo a que as despesas com pessoal sejam reduzidas, chamando a atenção para o facto das Autarquias terem mais competências especialmente nas áreas sociais, o que leva a que as Autarquias tenham que ter condições para prestar esses apoios às populações, referindo-se à área do desporto e à criação do Gabinete Técnico Local, onde desde Novembro passado, existem dez técnicos com formação superior, cujas despesas são repartidas entre o Estado Português e a Autarquia, reflectindo-se esses valores no aumento das despesas com pessoal. Aposta no Gabinete Técnico Local, mas lamenta que só agora, e depois de se terem candidatado há mais de seis anos, tenham sido contemplados com esta possibilidade de participação. Acrescentou que têm uma política que se baseia, em ter o menos tempo possível pessoas contratadas a termo certo.

A deputada **Maria João Lopes**, questionou novamente o executivo camarário, pretendendo saber qual a diferença entre o pessoal contratado a termo certo, e o pessoal permanente fora do quadro.

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador Serra**, que disse que os trabalhadores permanentes fora do quadro, são um grupo de cerca de meia dúzia de pessoas que nunca entraram para a Câmara por opção, ou seja, quando os processos foram regularizados essas pessoas poderiam ter entrado para o quadro da Câmara, só que iriam ser colocados na base da carreira, eles optaram por ficar fora do quadro, mas com um vínculo à Câmara semelhante aos trabalhadores do quadro, não ficando portanto numa situação precária.

O senhor **Presidente da Câmara** retomando a palavra, disse haver outras questões importantes para esclarecer, nomeadamente a que o senhor Rézio focou, relativamente ao meio milhão de contos de empréstimos contratados com entidades financiadoras, e ao valor das dívidas com fornecedores, dizendo que nestas dívidas de cento e setenta e dois mil contos, cerca de noventa mil contos correspondem a dívidas de quatro Câmaras, dado que a contabilidade é feita por esta Autarquia. Fez referência à questão de se saber o que é que poderá acontecer aos empréstimos que vão para além de dois mil e seis, dizendo que se têm que aumentar as receitas próprias do Município, que irão certamente ser alteradas, e que para além disso, a Câmara tem mais de meio milhão de contos em propriedades, sendo mais de sessenta por cento já comercializáveis. A avaliação do património da Autarquia já foi encomendado e está prestes a ser concluído, daí que ainda este ano, a Autarquia receberá dinheiro pela venda de imóveis, quer rústicos, quer urbanos. Acrescentou estarem só à espera de concretizar a escritura de seis fogos, com perspectivas de oito, no Loteamento habitacional do Chalé, estando também prevista a comercialização de lotes industriais na Zona da Cruz de Cristo, a venda de lotes para habitação na Orada, Nora, Barro Branco, sendo essas as receitas que farão face às despesas que existem. Dirigindo-se ao deputado senhor Carlos Cabral, disse que a tendência e evolução do endividamento é crescente, porque a aposta tem sido no investimento, recorrendo à banca para a aquisição das propriedades que a Câmara tem. Terminou a sua intervenção, dizendo que se se reportarem ao ano de noventa e oito, a evolução é de cento e cinquenta mil contos por ano, e que necessariamente em dois terços desse valor, há obra realizada para receber o dinheiro.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Rézio**, que perante a situação apresentada, não crê facilmente no optimismo apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, exemplificando com a questão da venda de serviços, em que existem cento e onze mil e quatrocentos contos, realizando-se apenas duzentos e vinte contos, ou seja, nem a um por cento chegou e já passou um quarto do ano. Relativamente às receitas dos Impostos, deveria estar a vinte e cinco por cento para ser equilibrado, e está somente a doze por cento de execução, acrescentando que não crê que daqui para a frente se consiga vender e ganhar dinheiro para os encargos. Disse que isto não tem nada a ver com política, mas sim com a análise de números, tendo que haver uma política de gestão capaz de fazer face a todas as necessidades, compreendendo a outra parte da questão, mas dizendo que também não se pode ser optimista ao se fazer os planos de orçamento, de forma a que o Quadro Comunitário de Apoio vá pagar, tendo que haver um cuidado acrescido na gestão das coisas públicas, e esta é uma delas. Seguidamente, fez referência ao que fora dito pelo senhor Presidente da Câmara no relatório: "...disso são exemplos as ultimas acções desenvolvidas pelo conjunto dos meios técnicos, humanos e materiais, ao serviço da Autarquia, nas pequenas e médias reparações, na higiene e limpeza, na recolha e tratamento de resíduos sólidos, na pavimentação de estradas e arruamentos,...", dizendo que é necessária a existência de uma definição de prioridades, exemplificando através da realização de uma festa, que sendo importante para o desenvolvimento da região, talvez não seja prioridade relativamente aos arruamentos, que dão mais comodidade à população. Uma outra questão que o preocupa, baseia-se no facto de, numa Autarquia tal como numa empresa, e nesta questão isse não haver diferença, pode haver um excesso de trabalhadores em determinado momento e a curto prazo, aceitando que reciclar em formação profissional trabalhadores, não é uma generalidade possível, tendo que haver soluções. Perguntou então ao senhor Presidente da Câmara, quais as medidas de racionalização, que já foram tomadas nesta autarquia. Terminou a sua intervenção, dizendo que muitas Entidades entregam a terceiros determinados serviços, por saberem que lhe saem muito mais baratos, e esses trabalhadores em vez de estarem num lado, estão no outro. Sendo esta uma das formas de racionalização.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, referiu o facto do deputado senhor Joaquim Rézio, iniciar a sua intervenção como sendo uma intervenção curta e objectiva, e ao invés disso, ter sido uma intervenção onde fez a defesa ideológica das privatizações, acrescentado que foi uma intervenção bastante subjectiva. O deputado senhor **Joaquim Rézio**, como direito de resposta, disse estar ali para discutir números e estratégias eventuais de gestão, com propostas construtivas ou para obter esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara.

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que relativamente à questão colocada pelo deputado senhor Joaquim Rézio, relativamente ao aumento das receitas, e à comparação que fez em termos percentuais, disse estarem agora a receber receitas do tipo contribuições autárquicas, derramas, impostos sobre veículos, ou seja, um conjunto de receitas que se reflectem noutros meses, do ponto de vista dos Fundos Comunitários. Relativamente à redução de custos, disse que era necessário estar mais atento, pois em todas as áreas administrativas, e dado a mecanização existente, tem-se procedido à redução de pessoal. Relativamente à contratação de empresas, disse que em noventa e nove, o volume de contratações que fizeram foi muito significativo, não reunindo condições com os meios próprios da Câmara, para responder aos projectos. Acrescentou que nos primeiros três meses deste ano, assinou uma série de contratos com empresas de diversa ordem, onde foram lançados diversos concursos e que considera significativo para uma Câmara como esta. Terminou a sua intervenção, dizendo que quando se fala em investimentos, não se pode pensar em mais de cem mil contos por mês.

O deputado senhor **Joaquim Rézio** interveio, questionando o senhor Presidente da Câmara, acerca do número aproximado de trabalhadores que existem na Câmara Municipal de Borba, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu serem cerca de cento e setenta.

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador João Lopes**, que mostrando-se preocupado com a dívida em geral, fez referência ao facto da dívida aos fornecedores também ter aumentado e ser bastante elevada, acrescentando que são os próprios fornecedores quem está a suportar grande parte do fundo maneio da Câmara. Referiu-se ao facto do PSD não ser contra o pessoal, antes pelo contrário. Disse que o que se nota nas contas é que cinquenta por cento, cerca de um milhão de contos, foi gasto entre as duas rubricas, cinquenta por cento foi gasto em mão de obra, e o investimento diminuiu, não se aceitando em nenhuma firma, uma gestão desta natureza. Referiu-se ao facto do equipamento existente na Câmara Municipal de Borba ser elevado, no entanto com equipamento e mão-de-obra as obras não aparecem feitas. Acrescentou

conhecer o País de Norte a Sul, e ficar preocupado com o facto de Borba estar à porta da Europa e ser uma terra que não evolui, pois para além de não ter umas piscinas adequadas, não tem um Centro de Cultura adequado, não tem as ruas reparadas e não está devidamente aproveitada para que os jovens se interessem por ela. Realçou o facto de não existirem obras de grande envergadura, tendo-se assistido somente a algumas construções que se devem também à iniciativa privada. Disse também que Borba é uma terra, cujo valor per capita é bom, não havendo no entanto condições para que se possa ter por exemplo, uma Pousada ou uma Estalagem tornando a terra mais atractiva, de modo a que as pessoas que nos visitem se instalem aqui. Terminou a sua intervenção, apelando a que o executivo faça uma reflexão séria e seja capaz de inverter a sua gestão.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, interveio dizendo que nos últimos quatro anos, foram construídos em Borba, mais de duzentos e cinquenta novos Fogos, dizendo que se cada Fogo albergasse quatro pessoas, isso significaria que mil pessoas teriam tido habitação nestes últimos quatro anos, ou seja, cerca de vinte e cinco por cento da população, sendo um sinal de desenvolvimento. Terminou a sua intervenção, dizendo que não encontra na Lei cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, que é a nova lei de atribuição de competências, não encontra nenhuma competência para a Câmara construir Pousadas, nem vê a Câmara como empresa construtora de habitação.

O senhor **Vereador João Lopes**, como direito de resposta, disse que o deputado senhor Joaquim Cardoso se tinha precipitado, uma vez que ele não disse que deveria ser a Câmara Municipal a construir Pousadas, mas sim que a Câmara Municipal deveria reunir condições para atrair os empresários de modo a que estes criassem ou uma Pousada ou outras actividades no ramo da hotelaria. Terminou, dizendo que de facto se construíram algumas coisas, no entanto a população diminuiu.

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador Serra**, que referindo-se ao problema estrutural existente na Câmara Municipal de Borba, disse ser um problema que se reflecte em todas as Autarquias. Acrescentou que, com as competências atribuídas às Autarquias, elas irão ter cada vez mais despesas correntes. Dirigiu-se ao Vereador João Lopes, dizendo-lhe que o difícil não era fazer uma piscina em condições, mas sim depois de se fazer o investimento da piscina, que poderá rondar os duzentos ou trezentos mil contos, à Entidade que ficar com o encargo de despesas correntes todos os anos que terá de suportar, ou seja, o investimentos em equipamentos, gera despesas correntes que se vão acumulando. Acrescentou que a contabilidade pública falseia muito aquilo que são os efectivos resultados de gestão, não sendo possível comparar neste momento, a contabilidade pública com a contabilidade privada, uma vez que o POCAL não entrou em vigor. Relativamente aos desajustes mencionados pelo professor Carlos Cabral, explicou que quando se vai à rubrica da ETAR e se vê menos dinheiro que aquele que foi o custo previsto da obra em termos de orçamento, se deve ao facto de no orçamento para além do valor de investimento em termos de obra, terem que colocar também o pessoal, porque se adjudicarem a obra, terão que a adjudicar com o preço da mão de obra que a irá executar, embora o pessoal seja pago por uma rubrica completamente diferente dessa rubrica de investimento. Disse haver questões que se deverão ponderar, de modo a que se criem soluções novas, no entanto deve-se estar sempre consciente que quanto mais forem os equipamentos, maiores serão os encargos, tendo que haver pessoal para os fazer funcionar, ou seja há uma série de despesas inerentes a tudo isto que terão que ser calculadas para se poderem executar. Terminou a sua intervenção, dizendo que não é da opinião do Vereador João Lopes, quando este afirma que Borba está parada e que só os outros é que avançam. Disse ser uma visão distorcida da realidade, uma vez que existe muito trabalho por fazer, mas também existe muito trabalho realizado.

O deputado senhor **Andrade**, dirigindo-se ao senhor Vereador João Lopes, disse-lhe que, seria provável que conhecesse o País de Norte a Sul, no entanto também seria provável que não conhecesse o Concelho, o que lamentou, dado que existe muita coisa feita, muita obra essencial para a população, não só de Borba como do Concelho de Borba.

O senhor **Presidente da Assembleia**, colocou então a conta de Gerência e o Relatório à votação, separadamente. A Conta de Gerência foi então aprovada, com nove votos a favor, cinco abstenções e quatro votos contra. O Relatório foi igualmente aprovado, com nove votos a favor, cinco abstenções e quatro votos contra.

Ponto dois ponto dois - Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas (anexo 9)

O senhor **Presidente da Câmara**, começou por explicar que existem valores na coluna de dois mil e um,

que já foram aprovados no início do ano por indexação. As alterações à Tabela, consistem no ponto seis do artigo um, fotocópias autenticadas de documentos arquivados, na folha seguinte, aparece o artigo dois, emissão de segundas vias, e na folha três artigo trinta e oito, ponto cinco, depósitos de gás para abastecimento canalizado domiciliário por metro cúbico ou fracção por ano.

Como não houve nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado com dezasseis votos a favor e duas abstenções.

Ponto dois ponto três - Actividades da Câmara

O deputado senhor **Carlos Cabral**, reportando-se ao Relatório da situação financeira da Câmara Municipal de Borba, (anexo 10) e ao primeiro trimestre de dois mil e um, constatou que na rubrica de despesas, a única despesa que está a mais de cinquenta por cento, é a rubrica Outros, pedindo que lhe explicassem o significado de Outros, e porque é que a percentagem é tão elevada em relação às outras rubricas.

O **doutor Oliveira**, explicou que esta execução da rubrica Outros, se prende com a Festa da Vinha e do Vinho, cujos pagamentos se efectuam no princípio do ano.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, interveio questionando se no fim deste trimestre a Festa da Vinha e do Vinho está toda paga, ao qual o Doutor Oliveira respondeu que noventa e cinco por cento estava pago.

O deputado senhor **Artur Pombeiro**, reportando-se ao que dissera há cerca de um ano, numa Assembleia, sobre um cabo que se encontrava a escassos centímetros do chão, desde a obra no Hospício, e sobre o qual o senhor Vereador disse ir tomar todas as providências, no entanto o cabo ainda se encontra no mesmo local. Chamou ainda a atenção do senhor Vereador, para o facto das árvores que foram plantadas no ano passado no tapete do Largo das Servas, terem secado e da senhora Engenheira que toma conta do serviço replantar as mesmas, o que até ao momento disse não ter acontecido. Terminou a sua intervenção, pedindo ao senhor Presidente da Câmara, que o elucidasse, relativamente à situação da sede da Junta de Freguesia de São Bartolomeu, sendo já a terceira proposta que a Junta apresenta, não obtendo qualquer concretização por parte da Câmara.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Paixão**, que disse reconhecer todas as obras já concluídas, no entanto não se sente satisfeito, na medida em que estas obras não ofuscam as que faltam e são obras de infraestruturas igualmente importantes para o Concelho, e particularmente para Rio de Moinhos. Fez referência ao facto do senhor António Luís, ter visitado há pouco tempo as obras realizadas pela Câmara, mas esqueceram-se de visitar as que não estão feitas e que urgem ser feitas até pelas necessidades que apresentam. Apelou então ao executivo camarário e à Assembleia Municipal, mesmo sabendo que são coisas que não se podem resolver de um dia para o outro, que tentem minimizar os efeitos negativos, arrançando uma solução provisória para colmatar as grandes deficiências e os graves problemas que se aproximam com o tempo que vem chegando.

O deputado senhor **Moura Lopes**, interveio felicitando a Câmara Municipal de Borba, por uma medida que tomou relativamente ao trânsito na Praça, onde foram colocados alguns sinais que em seu entender irão melhorar substancialmente o trânsito naquele local.

O senhor **Presidente da Assembleia**, colocou uma questão que se prende com a obra que está a ser feita no Cartório, mais concretamente se o facto de estar parada, de ter sido adjudicada a uma empresa, e os materiais serem demasiados caros, se isso traria alguns encargos para a Câmara Municipal de Borba.

O senhor **Vereador Serra**, dirigindo-se ao deputado senhor Artur Pombeiro, disse-lhe que a recomendação feita foi aceite na altura, tendo sido já enviados dois ofícios à EDP para resolver a questão que não é responsabilidade da Autarquia. Relativamente às árvores secas, disse não ter conhecimento de nada, mas que iria tomar as medidas necessárias para que as mesmas sejam substituídas, devolvendo-lhe uma recomendação no sentido do deputado senhor Artur, falar com o responsável pelos sistemas de rega, e ao invés deste regar às quatro horas da tarde, passar a fazê-lo de manhã bem cedo ou ao final da tarde. Relativamente à intervenção do deputado senhor Paixão, disse que ele focou uma área bem sensível que é a área do saneamento e das estações de tratamento, lendo um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se anexa no final desta acta (anexo 12). Acrescentou que o ofício revela a estratégia que existe no momento, ou seja, os Municípios individualmente, não podem candidatar nem sistemas de água em alta, nem sistemas de águas residuais, tendo que haver um Plano estratégico definido, para que esses investimentos possam ser candidatados e vir a ser financiados. Disse que a

Câmara Municipal de Borba tinha dois projectos, o da recuperação da ETAR do Barro Branco e o projecto da ETAR de Rio de Moinhos, mas não os pode candidatar, enquanto o Plano Director não estiver aprovado. Havendo poucas perspectivas de se poder executar esta obra, o Vereador Serra, acrescentou que não deixarão de tomar as medidas necessárias para atenuar os impactos negativos que isso possa ter junto das populações. Relativamente à rede de águas da Nora, disse estar prevista iniciar dentro do próximo mês, estando a Tapada do Anjinho em fase de projecto, e os Monchões com projecto, tendo sido a candidatura rejeitada porque quem avaliou a candidatura, entendeu não haver um número suficiente de habitantes naquele local que justificasse um sistema alternativo de tratamento.

O senhor **Presidente da Câmara**, iniciou a sua intervenção, referindo-se à sede da Junta de Freguesia de S.Bartolomeu que já deveria ter sido inaugurada, no entanto disse não ter sido fácil encontrar uma solução definitiva. Acrescentou que neste momento, está a ser avaliada uma moradia, de modo a se verificar se o que é pedido pelo proprietário, está minimamente dentro do que é razoável para a Autarquia. Informou a Assembleia de que voltou a tomar diligências, no sentido de se encontrar o melhor local para a instalação da Junta de Freguesia. Acrescentou ser um problema que não se deixa de resolver nem por falta de verbas, nem por falta de vontade política, mas sim pela falta de um espaço adequado e acessível, que reúna condições de preferência em zonas de estacionamento fácil e com boa visibilidade. Relativamente à questão do Cartório Notarial, disse estar entregue a uma empresa que fez pesquisas da obra realizada e lhe propôs algumas alterações, nomeadamente a elaboração de um estudo geológico do terreno de modo a ver se o mesmo é adequado à execução da obra nos moldes em que o Ministério da Justiça propõe, e de acordo com a aprovação dos técnicos do Ministério da Justiça e da própria Câmara Municipal. Afirmou ainda que o atraso da obra, não tem encargos acrescidos para a Autarquia.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Artur Pombeiro**, que não duvidando do empenhamento do senhor Presidente nos contactos que tem tido, disse que já tinham apresentado a primeira solução para a Junta de Freguesia há cerca de quase três anos e meio, a segunda há cerca de um ano, e a terceira há uns meses, sendo todas elas propostas razoavelmente aliciantes em termos de espaço. Fez referência ao facto da Câmara Municipal ter arranjado uma solução alternativa, tendo conhecimento que a Junta nunca manifestou qualquer interesse e que a Assembleia de Freguesia votou por unanimidade não aceder a essa mudança, no entanto a Câmara avançou para as obras, propondo uma situação alternativa, e perguntando até quando se irá manter esta situação. Terminou a sua intervenção, dizendo que nem sequer quer pensar em qualquer tipo de discriminação.

O deputado senhor **Joaquim Cardoso**, interveio recomendando que quando se procedesse à realização da obra do Cartório, se recomendasse à empresa, que fosse observado o disposto no decreto cento e vinte e três barra noventa e sete, de vinte e dois de Maio, ou seja, supressão de barreiras arquitectónicas.

O senhor **Presidente da Câmara**, dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia, disse que a questão da discriminação nem sequer se levanta pois não tem razão de ser, existem é coisas que são viáveis e outras inviáveis. Disse ter feito uma diligência junto do senhor Rodrigo, no sentido deste apresentar um projecto que responda a toda esta questão, e se isso acontecer, disse ser um dos melhores sítios da Freguesia para realizar essa obra. Disse que o que aconteceu é que pediram quarenta mil contos por um espaço que avaliado pelas entidades credenciadas para o efeito, não valia isso. Terminou a sua intervenção, dizendo que arranjar uma solução definitiva para a Junta de Freguesia de São Bartolomeu, é um dos objectivos que gostariam de ver concretizados, tendo já contactado um particular, que pediu um determinado preço por uma propriedade, processo que foi entregue a uma entidade credenciada para avaliar. Se o valor não for muito para além do avaliado, disse que a Câmara poderia até avançar para o processo de aquisição, achando por bem que se aguardem mais uns dias e depois se decida tranquilamente sobre este assunto.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Paixão**, que referindo-se ao loteamento do Pisão, disse que amanhã irão proceder à venda do ultimo lote aí existente, ou seja, Rio de Moinhos teve a capacidade de esgotar os lotes em pouco tempo. Alertando para a necessidade de se providenciarem novos espaços para loteamento em Rio de Moinhos, questionou também o senhor Presidente da Câmara, para o facto de saber se têm mais algum conhecimento, que pudessem adiantar concretamente sobre o andamento da questão do Centro de Saúde de Borba, tendo conhecimento que a Sub-Região de Évora está empenhada na aquisição de um terreno em Rio de Moinhos, para uma nova unidade de Saúde, pretende saber se a Câmara Municipal irá ter algum envolvimento de forma a dar andamento a esta situação.

O deputado senhor **Artur Pombeiro**, lembrou o senhor Presidente da Câmara, que a pessoa possuidora

do terreno que foi avaliado, já está há algum tempo há espera de uma resposta. Agradeceu ao Vereador Serra a recomendação que lhe fizera sobre a rega, dizendo que talvez seja o furo que esteja com dificuldades ou a pressão demasiado baixa, em relação ao período de rega.

O senhor **Presidente da Câmara**, fez referência à preocupação sentida relativamente aos loteamentos na Freguesia, referiu a existência de folgas tanto na Nora como no Barro Branco, acrescentando que estão em negociações com alguns terrenos, de modo a que se resolva este assunto dentro do perímetro urbano de Rio de Moinhos. Relativamente ao Centro de Saúde de Borba, passou a palavra à Vereadora Filipa, uma vez que é ela que está a acompanhar mais directamente todo o processo.

A **Vereadora Filipa**, disse que não esperava intervir nesta Assembleia, dada a hora tardia a que chegou, mas explicou que tal atraso se deveu ao facto de ter estado numa iniciativa cultural promovida pela Autarquia. Relativamente à questão do Centro de Saúde, disse ter mantido alguns contactos telefónicos com o Doutor Robalo, e que teve conhecimento que veio um avaliador da A.R.S., para avaliar os terrenos destinados à implantação do Centro de Saúde, acrescentou não saber ainda quais foram os resultados, no entanto disse ter chegado ontem um ofício da A.R.S. a pedir à Câmara uma reunião urgente para que se reconsidere a implantação do Centro de Saúde noutra local. Dando continuidade à sua intervenção, disse que por mais abertura que haja por parte da Câmara, este processo irá certamente ser muito demorado, pois a alteração da localização do Centro de Saúde, obriga à alteração do Plano de Urbanização, e uma alteração ao Plano de Urbanização tem um processo de consultas às mesmas entidades que o aprovaram, o que leva meses, e só depois se poderá definir outra localização para este equipamento. Acrescentou então que a solução mais rápida e mais eficaz, continuará a ser aquela que sempre apontaram, ou a compra que parece não ser possível pelos elevados valores que pedem, ou a expropriação que é imediata. Terminou a sua intervenção, dizendo já ter sido indicado à ARS pela Câmara, um terreno com boa localização para a extensão de Rio de Moinhos.

Dois ponto quatro - Eleição de um Presidente de Junta para representação no vinte e cinco anos do poder local democrático a realizar em Coimbra no dia vinte de Maio de dois mil e um

O senhor **Presidente da Assembleia**, sensibilizou os restantes membros da Assembleia, para no caso de se registar um empate, essa situação impeça a presença de um Presidente de Junta naquela sessão solene. Os membros da Assembleia deram então início à votação por escrutínio secreto, e após o termino desta, a secretária procedeu à contagem dos votos, resultando um empate. Segundo a lei, procedeu-se novamente à votação, tendo resultado um novo empate, tendo que transitar este ponto para a próxima sessão da Assembleia. Uma vez que a próxima Assembleia se realizará após o evento, e dado o resultado da votação, concluiu-se que não estaria presente nenhum Presidente de Junta na sessão solene.

O senhor Presidente da Assembleia, deu então o espaço de intervenção ao público, intervindo o senhor **José Grego**, que fez uma advertência relativamente à colocação de Editais da Assembleia Municipal, ou seja, disse que já por duas vezes não tinha tido conhecimento das Sessões da Assembleia, pois os Editais não têm sido devidamente colocados.

Interveio seguidamente o senhor **António Gago**, que pretendeu um esclarecimento relativamente ao tempo que é necessário para que possa ter electrificação numa Zona Industrial, dado que se encontra nesta situação há cinco meses.

O senhor **Presidente da Assembleia**, respondendo à questão colocada pelo senhor José Grego relativamente à colocação dos Editais, disse que se tinha informado junto do Secretariado, e a informação que obtera é que a vitrine da Praça não estaria em condições de se colocarem editais. Em relação à outra questão, passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara**, de acordo com os dados que possui ali no momento, disse que a obra estava adjudicada a uma empresa que estaria responsável por estender os cabos, que seriam ligados pela EDP, no entanto disse ao senhor António Gago, que no caso de se sentir prejudicado, o melhor seria fazer uma exposição do assunto à Câmara, que posteriormente avaliará a situação.

O senhor **José Grego** retomou a palavra, dizendo que existem informações recentes no placard da Praça, e que à entrada do Edifício da Câmara, existe outro placard que também não tem qualquer informação relativamente às Sessões da Assembleia.

O senhor **Presidente da Assembleia**, agradecendo a informação prestada, disse que esse assunto estava

relacionado com o secretariado.

Como não houve mais intervenções, e de acordo com a lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, artigo noventa e dois, parágrafo terceiro, o Presidente da Assembleia leu a minuta da acta a aprovar, colocando-a seguidamente à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia deu então por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que será enviada aos membros da Assembleia com vista à sua aprovação na próxima sessão.

Documentos anexos a esta acta:

2 Pedido de substituição do deputado senhor Joaquim Manguinhas (anexo 1)

2 Relação da correspondência recebida/expedida (anexo 2)

2 Ofício do deputado senhor Carlos Cabral (anexo 3)

2 Moção dos eleitos da CDU (anexo 4)

2 Moção dos eleitos da CDU (anexo 5)

2 Declaração de voto dos eleitos da CDU (anexo 6)

2 Considerações gerais sobre as contas de gerência de 2000 (anexo 7)

2 Acta nº7/2001 - Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano de 2000 (anexo 8)

2 Acta nº8/2001 - Alteração à tabela de Taxas, Licenças e Tarifas (anexo 9)

2 Situação Financeira da Câmara Municipal de Borba - INFORMAÇÃO (anexo 10)

2 Actividade da Câmara Municipal de Borba entre 19/02 e 16/04/2001 (anexo 11)

2 Ofício da A.N.M.P. (anexo 12)